



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

199
Página nº:

RECEBIDO
Em 07 / 05 / 22
Por: Juliana Santos

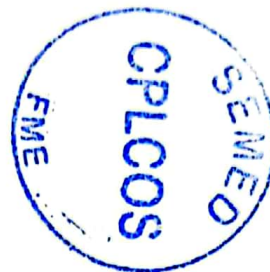
PARECER Nº 122/2022-AGM/PMVJ

ORIGEM: CPLCSO/SEMED-FME/PMVJ

REFERÊNCIA: Ofício nº 219/2022-CPLCOS/SEMED-FME/PMVJ

INTERESSADO (A): Secretaria de Municipal de Educação e Fundo Municipal de Educação

ASSUNTO: PROCESSO nº 097/2022-CPLCOS-SEMED-FME/-PMVJ, Parecer Jurídico Conclusivo do Procedimento Licitatório na Modalidade Pregão Presencial (SRP) nº 004/2022-GAAD-SEMED-FME/PMVJ.



I – RELATÓRIO:

EM BRANCO

A Comissão Permanente de Licitação Compras, Obras e Serviços CPLCSO/SEMED-FME/PMVJ, solicitou através do ofício nº 219/2022-CPLCOS/SEMED-FME/PMVJ, Parecer Jurídico Conclusivo do Procedimento Licitatório na Modalidade Pregão Presencial (SRP) nº 004/2022- GAAD-SEMED-FME/PMVJ, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE SERVIÇOS CONTINUADOS EM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, GENUINOS E/OU SIMILARES, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Conforme constante no Processo de nº 097/2022-GAAD-SEMED-FME/PMVJ.

Misilene Dias da Silva
CPLCSO-SEMED-FME/PMVJ
DEC. 05/2022-AGM/PMVJ

1

Acrescento que, enquanto órgão de consulta e assessoramento jurídico, o exame e aprovação por esta Advocacia Geral são obrigatórios, na forma do Artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

No entanto, a manifestação da Advocacia Geral do Município é estritamente sob o prisma jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito das secretarias e comissões, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica.

Vieram os autos para análise e parecer no que diz respeito a este intento.

II- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação em epígrafe teve início com a abertura de processo administrativo, contendo o requerimento formulado pela Secretaria interessada, detalhando o objeto de sua pretensão e justificando sua finalidade.

Foram informados os recursos orçamentários, a previsão financeira para o custeio da despesa foi confirmada e depois de avaliada a necessidade e conveniência do pedido, a contratação foi autorizada pelo Prefeito.

Tal aquisição se deu na modalidade pregão, em sua forma presencial, do tipo maior percentual de desconto, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002. Tendo em vista

Missilene Dias da Costa
CPLCSO-SEMED-FME/PMVJ
Membro
DEC. 059/2012-GAR/PM

2
JR

a precariedade dos sistemas de internet na localidade, tornando assim, inviável a realização do certame em sua forma eletrônica.

Já na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame.

Da apreciação dos documentos apresentados pelos licitantes, relativos ao credenciamento, habilitação jurídica e fiscal, declarações firmadas e proposta de preços, após exame de sua compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório, concluiu-se que a licitação foi processada e julgada com observância dos procedimentos estabelecidos na Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como suas alterações.

Em 20 de abril de 2022 às 08h00min, foi realizada a abertura da sessão para recebimento dos envelopes de documentação e propostas de Preços, para proceder à abertura do Pregão Presencial (SRP) nº 004/2022-CPLCSO-SEMED-FME/PMVJ.



Diante disso o pregoeiro abriu a sessão pública, informando que o ato convocatório foi devidamente publicado em Diário Oficial da Prefeitura de Vitória do Jari, Portal da transparência da Prefeitura de Vitória do Jari e Jornal de Grande Circulação do Estado do Amapá, e até aquele momento não houveram impugnações ao Edital do certame.

Apenas 01(uma) empresa que adquiriu o edital, apenas uma compareceu ao ato convocatório em tempo hábil, a saber: **EMPRESA: N J P TURRIEL, CNPJ: 20.843.303/0001.**

Então passaram para a fase de credenciamento, após verificou-se o preenchimento dos requisitos para habilitação e posteriormente a abertura dos envelopes das propostas apresentadas, e após análise das mesmas, o pregoeiro informou que a empresa cumpriu todos os requisitos das propostas legais previstos no edital.

Portanto, após a análise da documentação de habilitação: Foi verificado na empresa **N J P TURRIEL, CNPJ: 20.843.303/0001,** apresentou a veracidade dos documentos.

Missilene Dias da Cruz
CPLCSO SEMED-FME/PMVJ
Membro
DEC. 059/2022-GAB/PMVJ

3

A Pregoeira informou que a EMPRESA: N J P TURRIEL, CNPJ: 20.843.303/0001, cumpriu todos os requisitos. Após análise minuciosa feita com a comissão e assinado pelo representante da empresa presente, a declarou VENCEDORA.

Após análise, restou evidente que o processo licitatório está em ordem, que as disposições legais que regem a modalidade de licitação foram observadas e foi constatado que as documentações estão de pleno acordo com o Edital de convocação, após análise minuciosa feita com a comissão e assinado pelo representante da empresa presente, foi declarada EMPRESA: N J P TURRIEL, CNPJ: 20.843.303/0001, com o Valor Total R\$: 269.123,64 (Duzentos e sessenta e nove mil, Cento e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), classificada e vencedora, conforme apontamento do Pregoeiro que presidiu a sessão.

Diante de todo o exposto, tomando por base a legislação apontada e, mormente os preceitos de ordem constitucional, para que seja alcançada a legalidade do ato em tela, pode-se afirmar que o processo em questão encontra-se em ordem, dentro da legalidade e regularidade imprimida pela Constituição Federal e pelo ordenamento jurídico brasileiro.

No mais, o conteúdo do instrumento convocatório, bem como demais atos administrativos praticados até o momento, mostram-se em sintonia com os preceitos legais pertinentes ao caso, merecendo o processo o seu devido prosseguimento.

III – CONCLUSÃO:

Considerando que a homologação é o ato de controle da regularidade de todo o procedimento realizado como condição de validade da contratação, pelo qual se põe fim ao processo, e, considerando ainda, que nenhuma ilegalidade foi constatada na acurada análise efetuada por esta Assessoria, **OPINAMOS PELA HOMOLOGAÇÃO** do processo em epígrafe,

Missilene Dias da Cruz
CPLCSO-SBA/ME/PMVJ
Membro
DEC. 059/2022-GAB/PMVJ

4


cabendo, no entanto, à autoridade competente, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

Vitória do Jari - AP, 05 de maio de 2022.

IVANA DA SILVA REIS

IVANA DA SILVA REIS

OAB/AP nº4026

Assessora Jurídica do Município de Vitória do Jari

Decreto nº 385/2021-GAB/PMVJ

Prefeitura Municipal de Vitória do Jari
CNPJ: 00.720.553/0001-19

Passarela José Simeão de Souza, 4591 - Prainha



5

Márcia Dias da Cruz
CPLCOS-SEMED-FME/PMVJ
Membro
DEC. 059/2022-GAB/PMVJ